INSTITUTO DE HIGIENE MENTAL DE SOROCABA: TRATAMENTO DOS DOENTES OU EXCLUSÃO SOCIAL?

INSTITUTE OF MENTAL HYGIENE OF SOROCABA: TREATMENT OF PATIENTS OR SOCIAL EXCLUSION?

Valmir Anselmo de Aguiar Rainieri[1]

RESUMO

Este trabalho visa estudar a forma de exclusão social implantada pela elite republicana brasileira, em fins do século XIX e início do século XX, um período em que havia um ideal de modernidade a ser implantado no país, tomando como exemplo a cidade de Sorocaba. O principal objetivo é identificar as justificativas das elites governantes para a expulsão de muitos indivíduos pobres dos centros urbanos.

Através da análise sobre o conhecimento científico que se tinha na época pôde-se identificar teorias racistas como estratégias para garantir a ordem e os bons negócios. Percebe-se que havia uma ação conjunta entre ricos proprietários e Câmara Municipal para garantir as adequações urbanas necessárias para o desenvolvimento do comércio. Além disso, desenvolveu-se uma análise do contexto histórico do país, identificando as estratégias adotadas para se moldar os centros urbanos de acordo com as necessidades do capitalismo industrial.

PALAVRAS CHAVE: República – Modernidade – Exclusão – Doença Mental –Sorocaba (SP)

ABSTRACT

This work aims to study how social exclusion implemented by the brazilian Republican elite, in the late 19th century and early 20th century, a period where there was an ideal of modernity to be deployed in the country, taking as an example the city of Sorocaba. My main goal is to identify the justifications of the elite rulers to the expulsion of many poor individuals in urban centres. Through the analysis of the scientific knowledge that had at the time been able to identify racist theories as strategies to ensure order and good deals. It is noticed that there was a joint action between rich landowners and the City Council to ensure the urban adaptation necessary for the development of trade. In addition, I developed an analysis of the historical context of the country, identifying the strategies adopted to shape the urban centers according to the needs of industrial capitalism.

KEY WORDS: Republic – Modernity – Exclusion – Mental Illness – Sorocaba (SP).

[1] Licenciado em História. Especialização em História para professores do Ensino Fundamental e Médio e em Neuropsicopedagogia e-mail anselmorainieri@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em uma pesquisa sobre a forma de exclusão social implantada pela elite republicana brasileira (fins do século XIX e início do século XX), já que esta tinha em mente, inspirada em modelos europeus, transformar o panorama urbano no país, que era então considerado atrasado - se comparado às grandes cidades europeias - e para que isso se concretizasse, muitas pessoas acabaram sendo expulsas dos centros urbanos.

A partir da década de 1870, as grandes potências europeias desenvolvem a II Revolução Industrial. Com o surgimento de novos recursos, a industrialização sofrera um grande desenvolvimento que alterou a vida das pessoas e houve um rápido crescimento das cidades na Europa, que depois se propagou pelo mundo.

As elites brasileiras sabiam da necessidade de se preparar o país para essas transformações. Então começam a tomar medidas no sentido de adequá-lo para a entrada e saída de mercadorias, requisitos básicos para o formato do capitalismo que se desenvolvia. No entanto, no Brasil, em fins do século XIX, havia uma urbanização muito limitada. Havia apenas alguns centros urbanos importantes que se desenvolveram em função de algumas atividades cíclicas comum no país desde o período colonial. Essas cidades eram São Luís, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Mas com os reflexos da II Revolução Industrial começam a ocorrer mudanças no panorama urbano das cidades brasileiras. As cidades passam a oferecer novas opções de vida, no entanto, as aglomerações e as más condições de vida começam a gerar problemas de saúde como a propagação de doenças, fato que irá gerar muita preocupação, por parte da elite governante a qual irá propor medidas sanitárias como forma de conter esses problemas.

Percebe-se que essa preocupação não se restringia apenas às grandes cidades, como as capitais do país, Sorocaba também sofreu reflexos das atitudes modernizantes. Isso se torna evidente ao se observar a instalação de um reduto para doentes na cidade em fins do século XIX quando esta registrava um dos maiores surtos de varíola do Estado.

No ano de 1876, o Instituto de Higiene Mental de Sorocaba se encontrava pronto. O local escolhido localizava-se bem afastado, na antiga chácara da Figueira, altos do Cerrado. O que é hoje praticamente o centro da cidade, na época era o local ideal, considerando o idealismo modernizante de se melhorar no visual e na saúde urbana e naturalmente, a cidade estaria mais próxima do que era considerado moderno. A questão é: seriam os doentes tratados ou era apenas uma forma de excluí-los?

Para responder a essa questão pretende-se fazer um levantamento em arquivos e jornais da época sobre quem eram os pacientes e quais os tratamentos implantados.

SOROCABA

A formação histórica da cidade de Sorocaba teve como uma das características o Posto de Registro de Animais, instalado na Ponte Central da Vila desde o século XVII.

Última Vila da Capitania no caminho para o sul, Sorocaba tinha uma localização favorável para o controle do trânsito de homens e produtos no centro-sul do Brasil. Esse Posto de Registro tornou-se ponto de fiscalização e arrecadação de impostos e tornava obrigatória a passagem das pessoas por aquela região, contribuindo assim para o crescimento e sendo fonte de enriquecimento. A partir daí a elite comerciante estruturou seus negócios, adquirindo as terras próximas, garantindo para si as partes mais valorizadas da vila devido à concentração comercial.

Ao longo do século XIX, as diversificações das atividades comerciais propiciaram maior circulação de dinheiro e os comerciantes investiam cada vez mais, nos negócios das tropas (circulação de animais). A feira de Muares de Sorocaba atraía visitantes que estimulavam, não só a compra de animais, mas o artesanato e o comércio local. Desenvolveu-se na cidade a prática urbana, estimulada pela elite detentora dos recursos financeiros.

Como prática comum nas capitais do país, Sorocaba também possuía uma política de contenção a indivíduos que, nos dizeres da época, eram prejudiciais ao comércio local. Documentos da época mostram uma preocupação com a divagação de doentes e mendigos e a proibição da circulação destes pelas áreas centrais da vila e, ainda, a tentativa de proibição doação de esmolas aos pobres.

Nota-se, nas últimas décadas do século XIX, uma série de modificações na área central, cujo objetivo era a melhoria daquela região como: arborização de largos centrais, iluminação pública, chafarizes, calçamentos de ruas, serviço de coleta de lixo e a demarcação do matadouro na saída da vila. Por outro lado, abriram-se subscrições para a construção de um hospital de lázaros, em 1835, na entrada da Vila, pelo caminho do sul, ou seja, bem distante do centro da vila. Parece obvio que, lá no período imperial, já havia, por parte do grupo dominante desta cidade, a preocupação em afastar, não só os doentes, mas, todos aqueles que eram considerados estorvo para o desenvolvimento do comércio local.

DOENÇA MENTAL

Esse período o qual será tratado neste trabalho, quando o Brasil há pouco deixava de ser monarquia e passava à experiência republicana, é coerente tratar a questão da doença mental, visto que, a loucura era um assunto em pauta e passava a ser considerada questão médica. Percebe-se, em meados do século XIX, a construção de uma imagem ameaçadora do doente mental, e o que se vê, é uma prática segregativa dessas pessoas. Tais atitudes já vinham sendo implantadas na Europa desde o século XVIII e, no Brasil, passa a se tornar constante e sem contestação já que o diagnóstico era então dado por médico, o que representava certa credibilidade. Lembrando que a construção de manicômios aumenta no país no início do século XX, mas já existia no Império, a diferença é que no período republicano passou a existir a concepção de enfrentamento médico da loucura.

A questão que se remete à tal discussão de se associar a loucura ao projeto modernizante republicano no país é que ela estava relacionada à degeneração física do indivíduo, identificando-se assim uma ação preconceituosa contra a pobreza.

> "A medicina agregou a noção de que toda loucura tinha uma origem fundada na degeneração, transmitida em graus crescentes através das gerações. Se entre as classes educadas e higiênicas a degeneração e a loucura estavam colocadas no rol das possibilidades e serviam para controle de seus próprios desviantes, naturalmente estas probabilidades se lançam em um grau agudo sobre as classes populares submetidas às condições de existências propiciadoras de degeneração."[2]

Dessa forma tentava-se moldar a sociedade brasileira, colocando em prática o projeto modernizante urbano, mas, uma modernização que excluía grande parte da população. A loucura que passava a ser então, em fins do século XIX, uma questão médica passa a ser considerada também caso de polícia, já que eram considerados também insanos: bêbados, mendigos e doentes que de certa forma atrapalhavam o visual urbano. E estes eram comumente encaminhados por policiais aos

[2] CUNHA, Maria Clementina Pereira. Cidadelas da ordem: a doença mental na República. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

manicômios, situação que é denunciada por Lima Barreto em seu Diário do Hospício, no qual ele relata a própria experiência de paciente, mesmo não apresentando sintomas de loucura, mas sim de bebedeira:

> "Não me incomodo muito com o hospício, mas o que me aborrece é essa intromissão da polícia na minha vida. De mim pra mim, tenho certeza que não sou louco, mas devido ao álcool, misturado com toda espécie de apreensões que as dificuldades de minha vida material há 6 anos me assoberbam, de quando em quando dou sinais de loucura: deliro."[3]

Com o envolvimento da polícia podemos concluir que havia dentro do projeto elitista modernizante republicano, o apoio do Estado, cujo objetivo era promover uma limpeza física e moral nos espaços públicos e assim transformar as cidades com aspectos modernos

DESENVOLVIMENTO

O período aqui estudado, fins do século XIX e início do século XX, foi marcado, entre outros fatos, pelo desenvolvimento tecnológico e urbano, mas que, por outro lado, foi marcado também por um distanciamento entre elite proprietária e classes pobres. Esse distanciamento entre ricos e pobres é notável na configuração do espaço urbano, já que nas principais cidades do país, percebe-se o afastamento das pessoas dos núcleos centrais para as periferias. As justificativas eram de melhoria do aspecto urbano e para tanto, tudo o que, de certa forma atrapalhava, dali era expulso.

Coincide com o período, o surgimento de muitos manicômios no país, em que a literatura denuncia o aprisionamento, nessas casas, de muitas pessoas sãs, mas que, por alguns motivos, seja pela falta de condições financeiras (mendigos) ou por bebedeira, eram consideradas como dementes, por isso, o aprisionamento.

A associação dos manicômios à forma de exclusão implantada pela elite republicana é conveniente, já que a loucura passou a ser encarada, durante o século XIX, como questão médica, então a necessidade de internação. No entanto, observam-se medidas de confinamento, maus tratos e

[3] LIMA BARRETO, Afonso Henrique de. Diário do hospício; o cemitério dos vivos. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação. Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

de trabalho interno como forma de pacificação dos internados. O que nos leva a uma discussão sobre o tratamento dado a essas pessoas.

O tratamento dado aos pacientes insanos é uma questão bastante discutida por Michel Foucault na sua "História da Loucura" de 1972. O autor que analisa a loucura desde o período medieval formula que a forma como ela é classificada em vários períodos históricos permite certa dominação à loucura. Foucault analisa seu estabelecimento na sociedade e considera que a maneira como o homem tratou a loucura sofreu transformações através dos

séculos. Ele detecta a exclusão desde o gradativo isolamento dos leprosos no período medieval, no qual, a loucura ocupou essa posição excludente até o seu estabelecimento na sociedade.

A partir do século XIX, ela é vista como doença mental que deve ser tratada. No entanto, este conceito social, historicamente construído, da relação de dominação à loucura é observável no período estudado neste trabalho. Pois, percebe-se que os manicômios serviram para auxiliar as elites na questão de melhorar os aspectos urbanos e os hospitais se apresentavam como um meio de exclusão social em que os pacientes eram disciplinados e controlados constantemente. Apesar de a coerção ser sempre camuflada, o conceito de dominação à loucura permeou a sociedade brasileira por muito tempo, inclusive sendo relacionada à degeneração física do indivíduo (CUNHA, 1989), sendo ela transmitida em graus crescentes de geração em geração, cuja probabilidade maior de serem atingidas eram as camadas populares que vivam em condições propiciadoras da degeneração. (CUNHA, 1989), tornando-se assim uma ação preconceituosa contra a pobreza.

É importante pontuar que lá no século XVIII, Philippe Pinel, considerado o pioneiro no tratamento de doentes mentais, num contexto da França revolucionária, influenciado pelo pensamento iluminista, revolucionou a concepção de tratamento aos doentes mentais.[4]

> "Pinel elevou a categoria dos doentes, antes tratados como criminosos ou endemoniados, à condição de 'homo paciens' e a doença mental, como o resultado de uma exposição excessiva a estresses sociais e psicológicos, e, em certa medida, a danos hereditários, sendo que tais enfermidades decorreriam de alterações patológicas no cérebro. Com isso, baniu tratamentos antigos tais como sangrias, vômitos, purgações e ventosas, preferindo terapias que incluíssem a aproximação e o contato amigável com o

[4] http://www.psicologia.org.br/internacional/artigo4.htm

> paciente, proporcionando-lhes, ainda, um programa de atividades ocupacionais, onde o tratamento digno e respeitoso foi a tônica."

Não podemos generalizar e cair no erro de afirmar que não houve preocupação e tratamento das doenças mentais no Brasil. Mas, os ideais liberais, racionais que influenciaram Pinel, aqui no Brasil se puseram a beneficiar uma pequena elite proprietária que queria implantar as ideias de modernidade, importadas da Europa, mas sem a mínima preocupação em incluir as classes desfavorecidas.

IDEAIS REPUBLICANOS DE MODERNIDADE

A proclamação da República, em 1889, foi resultado de um movimento que surgiu já na década de 1870, aliada a um período de crise do Segundo Reinado. Transformações socioeconômicas e o problema da escravidão contribuíram para uma boa receptividade às ideias de reforma e a proclamação foi um episódio que veio com a ideia de modernização brasileira.

O Movimento Republicano nas décadas finais do Império foi inspirado em movimentos como a Revolução Francesa e a Independência norte-americana e trouxe consigo ideias de renovação, liberdade, democracia, progresso e avanço científico, estabelecendo uma relação contrária à monarquia.[5]

> "... À Monarquia vão se colando termos tais como: tirania, soberania de um, chefe hereditário, sagrado e inimputável, privilégio, súditos, apatia, atraso, centralização, teologia. Em contraposição, à República são associadas às idéias de liberdade, soberania popular, chefe eleito e responsável, talento e mérito, cidadania, energia, progresso, federalismo, ciência. Enfim, de um lado, o passado; de outro, o futuro. Frente ao despotismo, a democracia pura".

Os periódicos da época exaltavam em textos e imagens o orgulho que havia pelo século das luzes e associavam sempre a ideia de progresso.[6]

[5] http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n26a02.pdf
[6] http://www.revistatemalivre.com/belleepoque04.html

> "A revista ilustrada montou uma chave simbólica através do uso exaustivo de repetidas imagens que se associaram, por via direta ou indireta, a idéia de progresso. O trem foi a mais recorrente delas e nele os desenhistas faziam embarcar tudo o que conduzisse aos avanços modernos, como o projeto da abolição da escravidão".

Sérgio Buarque de Holanda, em Raízes do Brasil, criticava a orientação metodológica positivista embutida no movimento republicano. Para o autor, figuras como Oliveira Viana e Alberto Torres tiravam argumentos para uma visão hierárquica e autoritária da sociedade. No entanto, compreendia o sucesso do positivismo no Brasil justificado pelas ideias racionais que não podiam ser postas em dúvida. (HOLANDA, p. 158), mas, o altruísmo defendido por Auguste Comte e a ideia de unidade humana embutida no pensamento positivista, na prática, não existiu com o projeto de modernidade republicano. Incorporou-se à ideia de progresso por meta, mas, o amor por princípio e a ordem por base são questões questionáveis, considerando que grande parte da população é excluída dos benefícios do progresso.

Talvez haja uma justificativa, por parte da elite, para a exclusão social, visto que, no século XVIII era esse um tema muito discutido devido ao período convulsionado por novas ideias. Rousseau, em 1775, analisava em seu "Discurso sobre a origem o os fundamentos da desigualdade entre os homens" que a exclusão constitui a partir de um amplo processo histórico que acompanha em maior ou menor grau a evolução da humanidade (ROUSSEAU, 1775).

Neste trabalho o autor identifica os tipos de desigualdade que atingem a humanidade, seja natural ou física e a desigualdade moral ou política, ambas permitem a existência de diferenças de alguns em prejuízo de outros, como ser pobre ou ser rico. Característica que se intensifica, no país, conforme a transformação urbana nos padrões modernos, como se verá a seguir.

O projeto modernizante republicano é visível em várias regiões do país, no entanto, na cidade do Rio de Janeiro se nota uma grande transformação urbana, na qual esse ideal fica bastante evidente. O Rio era a Capital Federal e a cidade mais importante do país.[7]

> "No início do século XX – quando novos valores ganharam força na sociedade brasileira – a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, era um pólo irradiador de cultura para outras cidades do país, era o local aonde as

[7] http://www.revistatemalivre.com/belleepoque04.html

> novidades européias chegavam em primeiro lugar, para depois, em alguns casos, adentrarem em outras localidades do Brasil. O Rio era o que pode ser chamado de porta de entrada do país, além de ser o símbolo da brasilidade, tanto nacional, quanto internacionalmente".

É notável a influência, na absorção e valorização dos valores da cultura europeia no modo de vida da elite carioca, seja no modo de se vestir, na literatura ou na reconstrução da cidade nos modelos parisienses, considerando a reconstrução física e social aplicada por Napoleão III entre 1853 e 1870, naquela cidade.

A influência francesa é notada na afirmação do cronista Luiz Edmundo:[8]

> "Sobre o livro francês, porém, continua imoderado e incondicional. Com que avidez os lemos! Nos colégios, ainda o novo idioma pelas obras dos clássicos portugueses. Não há biblioteca sem o seu João de Barros encadernado em carneira, as obras de Gil Vicente e de outros marechais das letras lusas, velhos e novos, o infalível busto de Camões em terracota, com uma coroa da mesma massa na cabeça... contudo, persistimos franceses, pelo espírito, e, mais do que nunca, a diminuir pelo esnobismo tudo o que seja nosso. Tudo, sem a menor exceção. O que temos, não presta: a natureza, o céu, o clima, o amor, o café. Bom, só o que vem de fora. E ótimo, só o que vem da França".

O projeto de cidade republicana consistiu na modificação do aspecto urbano do Rio de Janeiro. O governo de Rodrigues Alves (1903 – 1907) foi o responsável por essa transformação, visto que era o desejo da elite proprietária atingir o modelo de cidade ideal. Inspirado nos modelos europeus, havia a necessidade de demolir os velhos casarões e expulsar tudo aquilo que era considerado como empecilho e não condizia com a visão de uma cidade nos padrões modernos como: a população mais pobre que vivia nos cortiços e pelas avenidas, os moradores dos antigos casarões, deixados pelos antigos moradores ricos, as barracas e quiosques, os carros-de-boi e os bêbados e mendigos que circulavam, ou seja, o projeto de reconstrução tinha como objetivo não só o embelezamento e uma "europeização" da cidade, mas buscava também expulsar a população pobre do centro da cidade.[9]

---

[8] PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano- Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1999.

[9] http://www.revistatemalivre.com/belleepoque04.html

> "... esta demolição e a conseqüente expulsão das camadas populares sem nenhum plano de apoio, seja através de indenizações em dinheiro ou da acomodação destes em habitações populares, por exemplo, acabaram tendo como resultados a incrementação do início do processo de favelização do Rio de Janeiro. Esses moradores que perderam suas residências aproveitavam seus destroços e acabaram por construir habitações e utilizaram as encostas dos morros e, embora perseguidos na área central, tinham tolerância das autoridades nos bairros da Zona Sul".

Por fim, o projeto modernizante republicano, que procurou contrastar com o atraso do período anterior, serviu para transformar o aspecto urbano da cidade configurando-se no símbolo da modernidade, mas, por outro lado, dando origem a um problema crônico atual que é a sobrevivência de milhões de pessoas nos morros cariocas.

A REVOLUÇÃO TECNO-CIENTÍFICA E O CRESCIMENTO URBANO

A segunda metade do século XIX foi marcada pelo aprimoramento técnico e científico da primeira Revolução Industrial que ocorreu no século XVIII. Conhecida como Segunda Revolução Industrial, foi marcada por forte desenvolvimento tecnológico aplicado, principalmente às indústrias elétrica, metalúrgica, química e de transportes. Período de muitas invenções, da lâmpada ao motor de combustão interna, que possibilitou o aumento da produção nas indústrias, melhora na qualidade de vida das pessoas e consequentemente o crescimento urbano.

Os reflexos da Segunda Revolução Industrial são visíveis nos esforços da elite brasileira em preparar o país no sentido de adequá-lo para a entrada e saída de mercadorias, característica principal do capitalismo na época. No entanto, a urbanização no Brasil em fins do século XIX era limitada. As atividades econômicas do período colonial contribuíram para o desenvolvimento de algumas cidades apenas. Mas, o panorama urbano do país começa a se transformar atingido pelos os reflexos da Segunda Revolução Industrial europeia. As cidades passam a oferecer novas opções de vida, no entanto, as aglomerações e as más condições de vida geram problemas de saúde como a propagação

de doenças, fato que irá gerar muita preocupação por parte da elite governante a qual irá propor medidas sanitárias como forma de conter esses problemas.

AS PESQUISAS MÉDICAS PELO INTERIOR DO PAÍS

Nos últimos anos do século XIX e nos primeiros anos do século XX, observou-se uma escalada de epidemias que abatia principalmente os moradores das periferias, não só da Capital Federal, mas de outras cidades como São Paulo, Salvador e Porto Alegre. Eram surtos, em especial de febre amarela, varíola, malária e a influenza. (MOTA, p. 31).

As elites governantes acreditavam ser as migrações e imigrações as causas de tais surtos. Por esse motivo foram empreendidas expedições médicas ao interior do país com o intuito de verificar o modo de vida dessas pessoas para então sanar esse problema que assolava a vida de tantas pessoas nos centros urbanos.[10]

> "Empreendidas sob a direção do Dr. Oswaldo Cruz, em 1912, fizeram-se expedições científicas sanitárias com o intuito de observar e levantar a situação em que se encontravam os longínquos rincões e sua gente. Entre vários dispositivos e instituições envolvidas, tentavam, por meio das prédicas sanitárias que envolveriam aqueles casos, o levantamento das condições de vida da população, para desenvolver estratégias de intervenção e higienização nesses locais e seus moradores".

De acordo com relatórios médicos da época, a precária situação de vida dos sertanejos (visto que várias regiões do país eram tidas como sertão: norte, nordeste, sul) devido ao descaso dos governos era responsável pela precariedade crônica principalmente em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Devido à política modernizante implantada no país que cada vez mais contribuía para a marginalização, para a formação de núcleos miseráveis e propagadores das epidemias.

[5]MOTA, André. Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil /

André Mota – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Em 1889, o médico Guilherme Ellis relatou:[11]

> "A gente que abandona os campos para congestionar as cidades vem acossada pela fome e degradada pela doença, à procura de migalhas, de um emprego precário nas fábricas de indústrias forçadas que vivem escoradas em escandalosas tarifas protecionistas, não para baratear a vida da população e, sobretudo a das classes de trabalho (...) mas a fim de atrair para as cidades a pouca gente que temos nos campos; não para minorar-lhe o sofrimento libertando-a do amarelão, da malária, da doença de Chagas, das úlceras etc., mas para atirá-las nos morros das cidades e nos subúrbios sem higiene, em habitações malsãs, em aglomerações ignóbeis, sem água, sem esgoto, sem nivelamento, dadas ruas cobertas de mato, encharcadas de lama fecal".

De acordo com os médicos muita coisa precisava ser feita para auxiliar o povo no combate às infecções, tanto no interior do país como nas áreas urbanas, mas o que se viu foram intervenções urbanísticas nas quais, cada vez mais, privilegiavam-se determinados grupos da sociedade, enquanto a maioria da população era abandonada aos problemas, muitas vezes diagnosticados, mas nem sempre tratados.

À aglomeração e aos núcleos de pobreza associava-se a ideia de degeneração mental. (CUNHA, 1989. p 22). No tratado das degenerescências, de 1857 B.A. Morel defendeu a ideia da degeneração mental, conforme se sucedessem as gerações, ou seja, transmitida hereditariamente, intensificando-se através das gerações.

A associação das doenças à pobreza foi rápida, pois, estes estavam em condições favoráveis à degeneração pela falta de higiene e a vida promíscua. As ações em torno disso é que cada vez mais havia um distanciamento entre classe pobre, em que grande parte compunha o proletariado, funcionários das fábricas e as classes abastadas que se isolavam em regiões "higienizadas" como o Bairro Higienópolis, em São Paulo. A história desse bairro iniciou-se em 1893 com um loteamento planejado de alto padrão, para atrair a elite paulistana. O motivo do nome dado é por ser o primeiro bairro da cidade a priorizar o saneamento e a higiene doméstica, água encanada e esgoto.

[11] IDEM, P. 32

A CIÊNCIA E O RACISMO

De certa forma a ciência no século XIX contribuía para aumentar as desigualdades e o preconceito. As interpretações de determinadas teorias científicas contribuíram para acentuar o racismo em relação a grupos diferentes do europeu. Além da degeneração ligada às péssimas condições de vida da população pobre, o racismo científico se baseava em aspectos biológicos para justificar a escravatura, o colonialismo e a prática da eugenia. Podemos dizer que durante o século XIX, muitas vezes, a ciência foi utilizada para manutenção de teorias racistas associando, por exemplo, a raça negra aos macacos antropomorfos, características de sua inferioridade e primitividade em relação à raça branca.

Francis Galton é apontado como o fundador da eugenia. Em 1883, ele acreditava no aperfeiçoamento da espécie humana, selecionando os melhores exemplares humanos e estimulando a sua reprodução de forma a melhorar a espécie nas gerações seguintes. O que vai de encontro à teoria evolucionista de Charles Darwin, cuja experiência com a escravidão no Brasil, deixou-o perplexo. Como ele mesmo relatou em seu diário científico "Os senhores de escravos querem ver o negro como outra espécie, mas temos todos a mesma origem num ancestral comum". [12]

Apesar da credibilidade de sua obra, Darwin foi muito contestado e sua teoria foi, muitas vezes, distorcida em favor da dominação do homem branco. Embora a teoria Darwinista não se aplicasse aos humanos, alguns pensadores da época adotaram suas ideias em explicações antropológicas e sociológicas, como Gobineau: responsável por promover a ideologia racial na Europa do século XIX. Em 1853, Joseph Arthur, o Conde de Gobineau, publicou, seu ensaio sobre a desigualdade das raças humanas. Gobineau defendia a superioridade do europeu branco. Alegava que todas as civilizações foram produtos da raça branca e que nenhuma civilização poderia surgir sem a sua cooperação. Segundo ele, os europeus se encontravam no ápice e, inclusive, usava argumentos biológicos, influenciados pelas teorias Darwinistas de seleção natural.

Gobineau possui uma relação muito estreita com o Brasil do século XIX. Amigo de D. Pedro II escreveu, em 1873, um artigo "L'Emigration au Brésil" incentivando franceses a virem para cá

[12] http://revistapesquisa2.fapesp.br/?art=3864&bd=1&pg=1

(RAEDERS. 1997. p 86). Ele acreditava que estimulando o contato da população brasileira com o branco europeu, a miscigenação desapareceria em um período de aproximadamente 270 anos.[13]

> "A grande maioria da população brasileira é mestiça e resulta de mesclagens contraídas entre os índios, os negros e um pequeno número de portugueses. Todos os países da América, seja no Norte ou no Sul, hoje mostram, incontestavelmente, que os mulatos de distintos matizes não se reproduzem além de um número limitado de gerações. A esterilidade nem sempre existe nos casamentos, mas os produtos da raça gradualmente chegam a ser tão malsãos e inviáveis que desaparecem antes de darem à luz, ou então deixam rebentos que não sobrevivem".

É importante lembrar que a miscigenação resultante do contato entre o português, o negro africano e o indígena era vista, na época, como um dos grandes males do Brasil e é importante destacar que entre os anos de 1884 e 1903 chegaram aos portos brasileiros, estimulados ou não por essa teoria racista, 1.824, 462 imigrantes europeus.[14]

SOROCABA E O SEU ORDENAMENTO URBANO

Sorocaba possui algumas características em seu desenvolvimento histórico que são importantes considerá-las. Assim como muitas cidades brasileiras, ela possuía, na primeira metade do século XVII, uma população dispersa e rarefeita e constituída principalmente por lavradores que somavam aproximadamente 5000 habitantes (BADDINI, 2005).

Tal característica nos remete a uma discussão em torno da forma de colonização implantada no Brasil pelos portugueses a qual Sérgio Buarque de Holanda define como "desleixada". Ele ainda a denominava como a colonização do semeador, contrária à do ladrilhador ao se referir às características dos colonizadores espanhóis ao planejar a construção de suas cidades. descrevia Buarque de Holanda descrevia que tal concepção se devia às divergências entre a colonização espanhola e portuguesa. O português, ao chegar ao Brasil, não demonstra esforços no sentido de

[13] Conde de Gobineau. L'Emigration au Brésil. 1873. In: RAEDERS. Georges. O Conde de Gobineau no Brasil. Tradução Rosa Freire D'Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p 85.
[14] Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro:IBGE. Apêndice; estatísticas de povoamento. P225. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/povoamento/tabela/imigração_brasil.htm

desenvolver aqui uma extensão do Império Português, havia apenas o interesse pela exploração, de extrair as riquezas, por isso, não havia a necessidade de investir no desenvolvimento da colônia, visto que ele, o colonizador português, permanece no litoral, devido à facilidade para escoar as riquezas da colônia para a Europa.

Esse desleixo, afirma Holanda, é fruto da falta de ambição de planejar as cidades futuras, pois aquilo era passageiro, era uma forma de enriquecer-se e enriquecer a Metrópole.[15] Talvez por essa característica do não planejamento das cidades, da colonização portuguesa na América, tornaram-se necessárias bruscas transformações urbanas, no sentido de moldá-las de acordo com o desenvolvimento do capitalismo. Mas, o pesquisador que pretende desenvolver trabalhos sobre urbanização no Brasil, precisa ter alguns cuidados, pois, existem várias interpretações históricas sobre as cidades, visto que muitas narrativas foram produzidas por defensores do espaço urbano e tendem a enaltecê-las. É interessante a formulação da historiadora Maria Odila Silva Dias, que procura identificar as relações que se estabelecem nas experiências cotidianas as quais muitas vezes diferem do discurso normativo institucional.

O intuito deste trabalho é identificar a exclusão social no período das manifestações de modernidade percebidas, assim como em São Paulo e Rio de Janeiro, e também em algumas cidades do interior.

Como dito anteriormente, Sorocaba, teve como característica histórica o Posto de Registro de Animais, instalado na ponte central da vila desde o século XVII. O que promoveu certo desenvolvimento da vila já que era passagem obrigatória de muitas pessoas por aquela região e também pelos impostos que eram arrecadados ali. A vila foi responsável pela circulação de muitos comerciantes ambulantes, artistas e médicos e, também, foi responsável pela caracterização como núcleo urbano, desenvolvendo a localidade, sempre estimulada pela elite local que era detentora do poder. Os comerciantes que estruturaram aquela região e desenvolveram seus negócios adquiriram as terras próximas e caracterizou-se a prática urbana na região gerando novas demandas e necessidades.

Nota-se que a partir da década de 1870 havia um movimento no sentido de modernizar a cidade. Porém, o discurso modernizante iria gerar algumas discordâncias, pois, parte da elite que

[15] HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1902-1982. Raízes do Brasil / Sérgio Buarque de Holanda – 26. ed. – São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

buscava outras formas para investimentos começava a achar a concentração de animais, devido à tradicional Feira de Muares, um empecilho às intenções de se modernizar a cidade.[16]

> "O trânsito de animais, além de desgastar as ruas da cidade, era uma ameaça à salubridade pública, dentre outros motivos, pelo uso que os tropeiros tinham de fazer do Rio Sorocaba. O comércio de animais também foi colocado como um entrave ao desenvolvimento da cultura do algodão e visto como fonte de desordens, gerando o aumento dos jogos com apostas e prostituição e dos roubos, assaltos e crimes".

O trânsito de animais perdurou até 1891, e já são percebidas, nesse período, medidas no sentido de melhorar o aspecto urbano e para melhor acolher as empresas que aqui se instalavam. Em 1875 é inaugurada a Estrada de Ferro Sorocabana. houve a implantação de indústrias têxteis favorecidas pela boa produção de algodão na região, ou seja, Sorocaba já se inseria no contexto do capitalismo industrial.

As transformações geraram discussões sobre um ordenamento urbano, até porque não condiziam com a característica histórica, muito bem colocada por Sérgio Buarque de Holanda, do semeador português, citada neste trabalho anteriormente. Tal característica presente desde o período colonial se vê transformada devido às necessidades urbanas, resultantes das inovações tecnológicas importadas da Europa, que se encontrava em processo de industrialização desde o século XVIII e que obrigou as elites proprietárias brasileiras a tomarem medidas necessárias para sua inserção no formato do capitalismo que se desenvolvia.

A modernização negava as práticas populares comuns na história do país que eram postas como ultrapassadas, visto o conceito de modernidade, e no caso de Sorocaba, ultrapassada era a Feira de Muares. As novas formas que deveriam ter o espaço urbano passam a ser prioridade nas discussões das elites em Sorocaba. Percebem-se muitas mudanças na área central, onde o objetivo era, sempre, a melhora da região.

---

[16] CHIOVITTI, Nanci. Discursos do progresso: Sorocaba e o fim da feira de muares. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2003, pp. 120-121.

O desenvolvimento industrial da cidade de Sorocaba apresentou modificações em seu panorama urbano e foi responsável por um grande aumento populacional. Dos 5000 habitantes da primeira metade do século XVII, na década de 1880 já somavam 20.000 habitantes. Esse crescimento populacional estimulava a instalação de fábricas e lojas em geral. Com isso, em 1920, a população já se somava em torno de 43.000 habitantes (BADDINI, 2005) e com a industrialização novos bairros operários começaram a surgir em torno das fábricas bem próximas à região central.

Para Rogério Lopes Pinheiro de Carvalho, pesquisador das experiências urbanas e suas representações, não há dúvidas de que o desenvolvimento industrial da cidade trouxe significativas modificações em sua conformação urbana.[17]

> "... com a industrialização, novos bairros foram formados, nos arrabaldes da cidade, como a vila operária Santa Rosália e a Vila de Votorantin, criadas em torno das respectivas fábricas de tecelagem. A malha urbana começa a se expandir para muito além de seu histórico núcleo central, ultrapassando as linhas da Estrada de Ferro Sorocabana, rumo a até então quase totalmente desabitada região norte da cidade, surge, dessa forma, bairros povoados por operários que trabalhavam nas fábricas têxteis da região como Nossa Senhora da Ponte e Santo Antônio, esta fundada em 1913, como nas oficinas da Sorocabana."

Ao se retomar à discussão em torno da exclusão social, percebe-se que na cidade de Sorocaba houve, desde o período imperial, um esforço muito grande das elites governantes em afastar do núcleo urbano central aqueles indivíduos que de certa forma atrapalhavam o desenvolvimento do comércio. Documentos da época revelam uma preocupação com a divagação de doentes e mendigos e a proibição destes pelas áreas centrais da vila e, ainda, a tentativa de proibição de doação de esmolas aos pobres.

Havia uma preocupação com a circulação de doentes de moléstias repulsivas para pedir esmolas já que a cidade havia experimentado duas epidemias de varíola sendo uma em 1863, a qual

[17] XVII Encontro Regional de História – ANPUH – O Lugar da História, realizado de 6 a 10 de setembro de 2004, em Campinas / Unicamp. Constitui parte da pesquisa que estava sendo desenvolvida no doutoramento em História, com apoio financeiro da FAPESP.

abalou a economia da cidade e outra em 1875. A essas doenças associavam-se a degradação social (BADDINI 2002) e aos doentes impunha-se a restrição ao uso do ambiente urbano. Tal preocupação é revelada em sessão da Câmara em 30 de junho de 1835.[18]

> "Indico q. se officie aos Juizes de Pás deste Município q. ponho em prática o q. expreçame. Determina o Capítulo 4• Artigo 295,296 § § 1°, 2°, 3° e 4° relativo aos mendigos, p. divagão mendigando sem conhecida indigência, pª o q. poderão mendigar unicame. Trasendo húa Cautella passada pelo Juiz de Paz respectivo."

A preocupação em afastar os doentes era grande, tanto que os hospitais eram sempre construídos em regiões bem afastadas do centro urbano para se evitarem os contágios e, assim, não atrapalhar o desenvolvimento comercial.

INSTITUTO DE HIGIENE MENTAL DE SOROCABA

Nota-se que a construção do Instituto de Higiene Mental em local afastado do centro urbano fazia parte das ações políticas em favor da elite comercial. Assim como a melhoria do centro urbano, com pavimentações das ruas, iluminação, construção de ponte, outras ações registradas da Câmara Municipal demonstram essa preocupação política em se posicionar como órgão de representação de interesses particulares.[19]

> "...ruas calçadas com recursos de moradores, pontes e prédios reformados através de subscrições populares, largos para uso de tropeiros doados por ricos proprietários. Iniciativas que remodelavam o ambiente urbano desde que resguardassem os interesses particulares da elite local, alimentando a imagem paternalista do poder instituído como aquele que cuida da sociedade, mas não a representa."

[18] IN - BADDINI. Cássia Maria. Saúde Pública e Poder Local: Sorocaba no século XIX

[19] ÍDEM

As doações particulares citadas pela autora é uma comprovação da troca de favores existente entre elite e poder público. O Instituto de Higiene Mental de Sorocaba foi construído em área doada pela municipalidade durante o século XIX, (BADDINI, 2005) lembrando que era, no momento de sua construção, uma região bem afastada do centro urbano para que não houvesse contatos e o risco de epidemias na região comercial, até porque, Sorocaba registrava um dos maiores surtos de varíola do estado e com o aumento de doentes portadores do mal de Hansen, a cidade vinha se tornando, por seu clima e localização, um centro de hansenianos e variolosos. Tais epidemias constituíam um grande problema para o desenvolvimento comercial da cidade e algumas medidas para sanar essa questão foram tomadas.

Em 1873, devido aos surtos de varíola, e com o aumento de doentes portadores de hanseníase, José Leite Penteado, presidente do Partido Liberal, deputado da província, provedor da Santa Casa na época e um dos fundadores da Loja Maçônica Perseverança III, propôs aos seus irmãos de loja que se iniciasse a construção de um hospital para variolosos e hansenianos.

"As obras do Hospital Santa Rita de Cássia foram concluídas em 1876 e o maçom da Perseverança III, Antonio Joaquim Dias, foi nomeado como presidente interino do local"[20]. Porém, com o passar dos anos e com o surgimento do Hospital Pirapitingui, em Itu, voltado a hansenianos, o hospital sorocabano foi perdendo sua verdadeira finalidade e começou a servir como um manicômio. Este acabou virando, em 1918, o Instituto de Higiene Mental Doutor Luís Vergueiro e por decisão da Secretaria de Segurança Pública do Estado passou a utilizar uma parte de suas dependências para a construção da cadeia pública.

O local escolhido localizava-se bem afastado do centro urbano, na antiga chácara da Figueira, altos do Cerrado. O que é hoje praticamente centro da cidade, no início do século XX era local ideal, considerando os ideais modernizantes de melhorar o visual e a saúde urbana. Lá os doentes ficariam isolados, e naturalmente, a cidade estaria mais próxima do que era considerado moderno.

Sorocaba foi uma das primeiras cidades do interior a contar com um manicômio. Conhecido, no início do século como "manicômio de Sorocaba", era dirigido por um grupo que cuidava quase que exclusivamente da segregação e alimentação dos internados. Havia, entretanto, uma forte

[20] http://www.cruzeirodosul.inf.br/acessarmateria.jsf?id=421299

ingerência das autoridades policiais que para lá enviava um grande número de presos que apresentavam sintomas de doenças mentais.

Quanto ao tratamento dos pacientes utilizava-se a Laborterapia.[21] Aliás, um método discutível. Quando a loucura passou a ser encarada como uma questão para a medicina, tratou-se de convencer a população de que era um mal que necessitava de tratamento e podia ser curável, daí a aceitação do confinamento em manicômios. Porém, a utilização do trabalho servia, certamente, como um meio de disciplinar os incuráveis, de torná-los dóceis e integrados no seu mundo de reclusão e garantir a ordem e a disciplina na instituição.

Este procedimento também era utilizado no Juquery, em São Paulo. Lá existiam áreas de trabalho agrícola em grande escala (CUNHA. 1989). O diretor Franco da Rocha registrou seu pensamento em relação aos internados em um texto de 1912:[22]

> "... a liberdade, quando se trata de doidos, não pode deixar de ser mui relativa. A preocupação de evitar o aspecto de prisão (...) tem sido um pouquinho exagerada por alguns alienistas. O caráter de prisão é, entretanto, inevitável; quando não estiver nos muros e janelas gradeadas, estará no regime, no regulamento um tanto severo (...) o excesso de zelo pela liberdade dos loucos pode facilmente degenerar em futilidade"

[21] "laborterapia" era usada na época como parte do tratamento da loucura, na crença de que era necessário evitar a ociosidade, a qual era perniciosa ao espírito do louco. Por meio do trabalho, retirava-se o louco de sua condição de criatura inútil, possibilitando a canalização da sua agressividade e, consequentemente, a cura. Dessa forma, os pacientes pobres e considerados indigentes eram forçados a trabalhos monótonos e repetitivos, sem remuneração, e faziam trabalhos pesados na lavoura, na área do hospital, e na confecção de tijolos, bonecos, tapetes e outros produtos que eram vendidos ou consumidos internamente.

Disponível em: http://www.ccs.saude.gov.br/vpc/barbacena01.html

[22] CUNHA, Maria Clementina Pereira. Cidadelas da ordem: a doença mental na República. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

As medidas tomadas pelas elites governantes demonstram que havia uma uniformidade de pensamento, fossem nas capitais ou nas cidades do interior para a implantação da modernidade republicana. Dentro dessa modernidade não havia espaço para a pobreza, a não ser como mão-de-obra barata. O desprezo pelas classes pobres é percebível no tratamento àqueles que, de certa forma, atrapalhavam no aspecto urbano e prejudicavam o comércio.

CONCLUSÃO

A exclusão social é tema constante na formação histórica do país e ao contrário do que se pensa não é obra do acaso. Ela faz parte de um projeto elitista que, a todo o momento reivindica para si os privilégios e os lucros de um sistema capitalista excludente.

No período estudado neste trabalho o discurso é de uma modernização que garantiria o desenvolvimento do país e asseguraria os direitos ao cidadão, digno de um país democrático. Mas o que se vê é uma política repressiva que usa das várias formas de violência (às vezes disfarçada) para garantir um distanciamento entre elite e classes pobres.

A ideia de modernidade a ser implantada aqui no Brasil, inspirada nas transformações europeias não levou em consideração as conquistas democráticas e de valorização do homem como ocorreu no velho continente. Seja com a Declaração dos Direitos inglesa, de 1689, para pregar a democracia ou com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, redigida em 1789, após a Revolução Francesa, a fim de proclamar a igualdade para todos. Esses documentos apesar de não garantir a total liberdade do indivíduo, até porque não contemplavam o fim da escravidão ou a condição inferior das mulheres, por exemplo, estabeleceram direitos fundamentais ao cidadão, e fez com que as pessoas se sentissem parte do Estado.

Por outro lado, no Brasil, é histórica a exclusão de maior parte da população das condições dignas de vida e a cidadania torna-se um privilégio da elite. Desde a colonização, no século XVI, estabeleceu-se um processo de dominação no qual, a cidadania nunca esteve na agenda política ou social. A forma como foi colonizado o Brasil nos ajuda a compreender que não havia uma preocupação com o povo que aqui se formava, visto que a massa de trabalhadores servia como propósito de auxiliar no escoamento da riqueza produzida aqui para a Europa. Já que éramos colônia portuguesa, então eles tinham o direito de exploração.

Nos dizeres de Darcy Ribeiro, o Brasil é um moinho de gastar gente. Essa brilhante observação reflete bem as condições como a população sempre foi tratada pela elite proprietária. O indivíduo serve para trabalhar até quando aguentar, sendo substituído quando estiver impossibilitado para o trabalho, não sendo ressarcido pelo seu prejuízo. Basta ver os trabalhadores escravos nas lavouras de cana que tinham vida útil muito curta devido às longas jornadas e ao grande esforço físico que esse trabalho exigia.

Mesmo quando deixa de ser colônia, já no século XIX, o que se vê é uma pequena elite branca que se perpetua no poder e vive em função de uma grande exploração da mão-de-obra, tendo seus direitos garantidos, já que a política dos governantes garantia a esse grupo os privilégios.

Mesmo com o fim da escravidão, no fim do século XIX, permanece uma "mentalidade escravista". Essa característica histórica presente em ¾ da história do país, a escravidão, foi responsável pela formação dessa mentalidade, em que patrões se acham no direito de explorar ao máximo os trabalhadores, enquanto que, os trabalhadores, em geral, aí aliados à falta de instrução, deixam-se se explorar. Basta observar os flagrantes, em pleno século XXI, de abusos cometidos contra trabalhadores ou notícias de exploração de trabalhos infantis divulgados constantemente pela imprensa do país.

Há que se considerar ainda, um esforço muito grande, por parte da elite governante em manter uma população alienada e excluída de seus direitos. Esse esforço, comum em todo processo histórico, consiste em repressão e violência a qualquer movimento de reivindicação e garantia de pouca instrução para o povo, fatos que resultam em pouca consciência de seus direitos e automaticamente em menos reivindicações.

Como garantia dos privilégios, observa-se, pela mídia, um discurso democrático, no qual ainda que em períodos de governos autoritários, havia a preocupação de convencer a população de que as medidas tomadas, mesmo que de formas autoritárias e violentas, eram para manter a liberdade, a democracia e os direitos do cidadão.

Quanto a Sorocaba, cujas representações de personagens e feitos históricos valorizam integrantes da elite, dando a estes nomes de rua, praças e escolas, sempre os referenciando como os responsáveis pelo engrandecimento de seu território, omite um passado de opressão e de negação dos direitos ao cidadão comum.

Em relação à internação em manicômios, ela representa a irresponsabilidade administrativa do Estado junto à população, já que os pacientes eram confinados e expostos a situações precárias.

Esta forma de exclusão referida em nosso trabalho é uma ação característica do período estudado, mas, entre as várias formas de exclusão possíveis, sejam contra imigrantes, sejam raciais, ou sexuais, o que acontece no Brasil é uma ação generalizada contra a pobreza. Na história recente, ocorre de os órgãos de imprensa, sem o compromisso com a população, contribuírem para o emburrecimento e a alienação política com suas programações banais. Ocorre ainda de políticos recorrerem à imprensa para travarem disputas eleitorais, nas quais o voto do cidadão é motivo de grandes disputas.

REFERÊNCIAS

_____. **Saúde Pública e poder local: Sorocaba no Século XIX**.

MNEME Revista de Humanidades. Caicó-RN v.7 nº17, ago/set 2005.Disponível em:

http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme/article/viewFile/306/281 acesso em 15 de maio de 2013

_____. Conde de Gobineau. L'Emigration au Brésil. 1873. In: RAEDERS. Georges. **O Conde de Gobineau no Brasil**. Tradução Rosa Freire D'Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p 85.

ALMEIDA, Aluísio de, **Sorocaba: 3 séculos de história**. Itu, SP: Editora Ottoni, 2002.

BADDINI, Cássia Maria**. Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2002

BRASIL. Ministério da Saúde. **Barbacena: um recorte no caso.** Brasília: MS, 2003. Disponível em: http://www.ccs.saude.gov.br/vpc/barbacena01.html acesso em 20 de maio de 2013

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. **O Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CHIOVITTI, Nanci. **Discursos do progresso: Sorocaba e o fim da feira de muares**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2003, pp. 120-12

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Cidadelas da ordem: a doença mental na República**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

FERREIRA, Fabio. **O Projeto de Cidade Republicana: o Rio de Janeiro da Belle Époque.** Rio de Janeiro, 2003. Disponível em http://www.revistatemalivre.com/belleepoque04.html acesso em 21 de maio de 2013

FOUCAULT, Michel. **A História da Loucura**. Editora perspectiva - São Paulo. 1978

HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1902-1982. **Raízes do Brasil** / Sérgio Buarque de Holanda – 26. ed. – São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

LIMA BARRETO, Afonso Henrique de. **Diário do hospício; o cemitério dos vivos**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação. Cultural, Divisão de Editoração, 1993,

MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil** / André Mota – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano** – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. In: Coleção Os Pensadores. Nova Cultural. São Paulo/SP, 1989.

XVII Encontro Regional de História – ANPUH – **O Lugar da História, realizado de 6 a 10 de setembro de 2004**, em Campinas / Unicamp. Constitui parte da pesquisa que estava sendo desenvolvida no doutoramento em História, com apoio financeiro da FAPESP.